

## **Racismo por omissão no jornalismo: “esquecimento” nas narrativas sobre ataques a escolas no Brasil<sup>1</sup>**

Nayara Luiza de SOUZA<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### **RESUMO**

Esta pesquisa busca analisar através dos conceitos de “racismo por omissão” e “racismo por denegação” (GONZALEZ, 2020) como o jornalismo como instituição reproduz as dinâmicas do “mito da democracia racial” no Brasil. Neste resumo, em específico, são observadas o recalque em formato de esquecimento a partir das narrativas veiculadas em âmbito nacional nas duas semanas após o ataque à escola Thomazia Montoro, em São Paulo. As análises iniciais indicaram que as narrativas jornalísticas ignoraram a indicação da dinâmica racial envolvida nas ações fomentadas por ideias supremacistas e adoram o *bullying* como pauta principal do caso.

**PALAVRAS-CHAVE:** racismo; narrativas; jornalismo; escolas; comunicação.

### **Introdução**

“Segundo as informações, o rapaz chamou o outro de ‘macaco’ e isso teria gerado uma vingança” são as falas de uma ainda incipiente apuração do ataque à escola Thomazia Montoro, na Vila Sônia, no dia 27 de março de 2023. A narração do fato pelo repórter que está do lado de fora da instituição de ensino surge em um “ao vivo” no programa “Fala Brasil” da TV Record ainda tentando dar conta da complexidade dos atos de violência registrados naquela manhã. A confusão inicial da narrativa do repórter atribuiu a ação violenta efetuada pelo adolescente do sexo masculino que havia atacado as professoras, alunas e alunos a um episódio de racismo. Contudo, ao tentar interpretar o fato o repórter termina por entender que foi um aluno negro, que havia sofrido racismo, quem havia efetivado as agressões.

Alguns minutos antes desta entrada ao vivo, o programa da TV Record havia veiculado uma entrevista com um aluno negro da mesma instituição que contava sobre a briga que havia acontecido na semana anterior ao ataque. O rosto desse menino, embora menor de idade, não foi protegido. E, em uma possível estratégia de busca de audiência,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT1-Jornalismo do 26º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 1º a 3 de junho de 2023.

<sup>2</sup> Mestranda do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), email: souza.nayaralu@gmail.com.

diversos veículos de imprensa transmitiram o relato sobre o episódio de racismo praticado pelo adolescente responsabilizado pelas facadas e a reação dos alunos e da professora à agressão inicial. As dinâmicas raciais que circundam essa reportagem e as narrativas veiculadas nas duas semanas seguintes foram observadas nesta pesquisa a fim de observar como o jornalismo brasileiro tem se pautado por práticas e enquadramentos temáticos que omitem a existência do racismo na sociedade nacional.

O presente estudo integra outros monitoramentos de mídia que tem analisado a perpetuação do “mito da democracia racial” e do racismo em narrativas jornalísticas brasileiras. No recorte apresentado neste resumo observa-se como a temática do racismo foi sendo retirada das narrativas oficiais, incluindo matérias especiais na Agência Brasil, para a adoção genérica da discussão sobre o *bullyng*.

### **Metodologia**

A fim de observar as narrativas em circulação sobre o tema procedeu-se um monitoramento de mídia com a coleta ativa das narrativas veiculadas por veículos de imprensa nacionais. A busca foi realizada tanto através do acompanhamento das programações nacionais de televisão e portais de notícia quanto da pesquisa através do buscador do *Google* Notícias. Em um primeiro momento adotou-se, inspirado na metodologia da análise de conteúdo de Bardin (XXX) algumas palavras principais para a busca como o nome da escola e as palavras: “ataque”, “escola”, “facada”. À medida que as narrativas foram sendo desenvolvidas incluiu-se ainda as palavras “racismo”, “racial” e “*bullyng*” como termos de busca.

### **Fundamentação Teórica**

Ao repetir essa interpretação automática, o repórter reproduz também um estigma que associa a pele negra a violência e exemplifica duas manifestações do racismo brasileiro identificados por Gonzalez (2020): o “racismo por denegação” (p. 130) e o “racismo por omissão” (p.141). Gonzalez (2020) define o racismo que nega ser racismo ou disfarçado como uma característica da discriminação racial presente no país, aquele que sob uma égide de nação onde não existe preconceito de raça a reproduz diariamente nas estruturas sociais e institucionais. A autora defende que nas sociedades de origem

latina como o Brasil praticam o racismo disfarçado é utilizado para fragmentar a identidade negra e indígena sem um enfrentamento aberto a essas populações.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia de branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (GONZALEZ, 2020, p. 131).

A definição inicial do racismo brasileiro segundo Gonzalez (2020) tem na sofisticação a construção do “mito da democracia racial” que apaga toda trajetória da violência colonial e escravocrata que formou o Brasil baseada no genocídio de negros e indígenas para formar uma sociedade branca em que o preconceito não existe. Gonzalez (2020, p. 80) explica que “como todo o mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra” registrando uma história nacional de heróis e cultura branca reforçando o branqueamento ideológico da nação. Essa reconstrução histórica que apaga as violências coloniais em nome de uma nova sociedade brasileira moderna também foi identificada na construção da imprensa brasileira segundo Moraes (2022).

Fabiana Moraes (2022) considera relevante considerar que o período em que o regime escravocrata deixava de ser legalmente permitido no Brasil culminou com um esforço das elites nacionais de construir uma república que acompanhasse os valores ocidentais defendidos principalmente na Revolução Francesa do final do século XVIII. Para a autora, a imprensa nacional endossava as ideias de um país livre da selvageria e brutalidades atribuídas às populações não-brancas, assim o país precisava ser modernizado, o que naquele contexto também significou ser embranquecido. Para a autora, esse é um fenômeno central para estudar a imprensa nacional e as relações entre ciência, raça e profissionalização do jornalismo” (MORAES, 2022, p.16).

Moraes (2022) destaca que o processo de denegação do racismo foi adotado pela imprensa nacional disfarçado sobre um manto de neutralidade e objetividade que relata os fatos sem oferecer sobre eles informações de confronto, mesmo quando esses relatos reproduzem violências como o racismo. A essa isenção jornalística sem defesa de direitos sociais soma-se outra característica do racismo brasileiro identificado por Gonzalez (2020) aquele que opera através da omissão e que tem suas raízes na mesma “visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista” (GONZALEZ, 2020, p.141) que embasa

o “mito da democracia racial”. Essa omissão consistiria em esquecer ou ignorar o viés racial ao tratar das dinâmicas sociais nacionais.

Outro autor que identifica a reprodução do “mito da democracia racial” na imprensa nacional é Muniz Sodré (2015) que atesta que as narrativas jornalísticas nacionais apresentam a dinâmica de “negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais” (SODRÉ, 2015, p. 279). Para o autor essa negação da existência do racismo no país ainda opera através da divulgação de que o problema racial no contexto nacional se encerrou quando aconteceu a abolição da escravatura aliada a uma “indiferença profissional” (SODRÉ, 2015, p. 280) por parte dos jornalistas que não se atentam as dinâmicas raciais em suas apurações, narrativas e redações noticiosas.

Durante a transição do governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) para o terceiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva iniciado em 2023 a equipe técnica elaborou o relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental” em que o racismo é um dos componentes identificados como crime de ódio evocado por ações supremacistas e do “extremismo de direita” como motivador das ações de violência. O relatório cita a construção de um *ethos* masculinista branco que é alimentado por narrativas racistas, capacitistas, misóginas e lgbtqia+fóbicas que direcionam as ações para instituições de educação.

O relatório destaca que até o final de 2022 haviam sido registrados no país, 16 ataques às escolas com o triste registro de 35 pessoas mortas e 72 feridas. Quatro desses ataques ocorreram no segundo semestre do último ano, sendo o último deles na cidade de Aracruz (ES) em que o jovem usava uma máscara facial semelhante à do adolescente da escola Thomazia Montoro. Esses dados de contextualização que apontam para o racismo como uma lente de interpretação desses episódios, contudo, também não assumiu um destaque nas narrativas jornalísticas ou nos pronunciamentos do ministério da Justiça, sendo restrito a algumas falas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicizadas pelo *twitter* e lidas na *GloboNews*.

### **Análise e conclusões iniciais**

As narrativas jornalísticas encontradas nas duas semanas que seguiram o ataque na escola do leste paulista poderiam ser analisadas a partir dessas duas manifestações do racismo brasileiro: da denegação e da omissão. As reportagens encontradas “esqueceram-se” do relato sobre o racismo e elencaram como pauta principal o bullying. Ainda no dia 27 de março depois do depoimento do estudante o repórter do “Fala Brasil” já direciona uma pergunta sobre o tema a mãe do jovem que relatou o racismo enquanto ela relata a ausência de diálogo entre pais e filhos ele pergunta: “(às mães e os pais) não conversam sobre *bullying*?”, ao que a mulher responde “não conversa sobre *bullying*, não educa”.

Em outra narrativa observada publicada pelo jornal Metropóles que reproduz o depoimento do aluno negro que conta sobre a briga sobre o racismo e da mãe dele o texto cita a briga da semana anterior ao ataque como a motivação da infração criminal sem citar o episódio de racismo. O texto como os outros analisados torna a apresentar narrativas de pais que descrevem a escola como um local em que o *bullying* era constante e permitido. Essa matéria, em especial, utiliza como imagem de ilustração familiares negros na porta da escola, mas omite as discussões raciais.

### **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil**: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. Dez. 2022. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/relatorio-ao-governo-de-transicao-o-ultraconservadorismo-e-extremismo-de-direita-entre-adolescentes-e-jovens-no-brasil-ataques-as-instituicoes-de-ensino-e-alternativas-para-a-acao-governamental/>. Acesso em: abr, 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MORAES, F. **A Pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1º ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

PASSARELLI, Vinicius. Ataque em escola: alunos e pais relatam clima de violência e bullying. Metropóles. Publicado em: 27 de março de 2023. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/sao-paulo/ataque-em-escola-alunos-e-pais-relatam-clima-de-violencia-e-bullying>. Acesso em: abr, 2023.

SODRÉ, M. **Claros e Escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 215.